
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ
DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS**

ENTRE

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
(EMISSIONORA)

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(AGENTE FIDUCIÁRIO)

18 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas (“Partes”):

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, sociedade de economia mista por ações, com registro de companhia aberta na CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106/0001-03, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, nº 525, Santo Antônio, CEP 30330-270, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

e,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 1ª série e das debêntures da 2ª série da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social,

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Este glossário é parte integrante do “Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais”.

GLOSSÁRIO

AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
AGD da 1ª Série	Assembleia Geral dos Debenturistas da 1ª série.
AGD da 2ª Série	Assembleia Geral dos Debenturistas da 2ª série.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 9 de novembro de 2011, que aprovou, a contratação de operação de crédito de longo prazo, junto ao mercado de capitais local ou no exterior, nas melhores condições ofertadas pelo mercado.
Agência Classificadora de Risco	Moody's América Latina Ltda, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.101.919/0001-05.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38.
ANBIMA	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série	Conforme definida no item 5.10.2.1 desta Escritura.

Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Coordenadores	Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, a serem contratadas pela Emissora para coordenar a oferta pública das Debêntures, com esforços restritos de distribuição.
Contrato de Colocação	“Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 6ª Emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais”, celebrado entre Emissora e os Coordenadores.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de fevereiro de 2012.
Data de Vencimento da 1ª Série	15 de fevereiro de 2017, ressalvados os eventos de vencimento antecipado e aquisição facultativa previstos nos Cláusulas VI e VII desta Escritura.
Data de Vencimento da 2ª Série	15 de fevereiro de 2019, ressalvados os eventos de vencimento antecipado e aquisição facultativa previstos nos Cláusulas VI e VII desta Escritura.

Debêntures	As 400 (quatrocentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 6ª emissão da Emissora consideradas em conjunto.
Debêntures da 1ª Série	As Debêntures integrantes da 1ª série.
Debêntures da 2ª Série	As Debêntures integrantes da 2ª série.
Debêntures em Circulação	Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Debêntures da 1ª Série em Circulação	Todas as Debêntures da 1ª Série subscritas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Debêntures da 2ª Série em Circulação	Todas as Debêntures da 2ª Série subscritas da presente Emissão, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob

	controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Debenturistas	Em conjunto, os titulares das Debêntures da 1ª série e os titulares das Debêntures da 2ª série.
Debenturistas da 1ª série	Os titulares das Debêntures da 1ª série.
Debenturistas da 2ª série	Os titulares das Debêntures da 2ª série.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.
Dívida Líquida	Corresponde ao total da dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado da Emissora, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa de curto e longo prazo.
DOEMG	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
EBITDA	Representa a geração de caixa obtida pela Emissora decorrente da receita líquida de vendas e/ou serviços, deduzidos os custos dos serviços prestados, as despesas comerciais, as despesas administrativas, e outras despesas operacionais, somado a reversão de depreciações e amortizações e desconsiderando-se as receitas e despesas de construção, que passaram a ser contabilizadas a partir da adoção dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil emitidos até 31/12/2009 em convergência para o <i>International Financial Reporting Standards</i> , bem como todas as demais receitas/despesas que não possuem efeito caixa.

Emissão	6ª (sexta) Emissão de debêntures da Emissora.
Emissora	Companhia de Saneamento de Minas Gerais, sociedade de economia mista por ações, com registro de companhia aberta na CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.281.106/0001-03, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Mar de Espanha, nº 525, Santo Antônio, CEP 30330-270.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos no item 5.6.3 desta Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índices Financeiros	Aqueles previstos no item 7.2 (iv).
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM nº 480/09	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Investidores Qualificados	São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série	Conforme definido no item 5.10.2.2 desta Escritura.
Lei nº 6.385/76	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme

alterada.

NTN-B	Notas do Tesouro Nacional do Brasil Série B, com vencimento em 15 de maio de 2017, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na data prevista do efetivo pagamento da Remuneração, quer seja a Data de Vencimento ou a data de vencimento antecipado das Debêntures.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimentos a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta.
Remuneração	Remuneração das Debêntures da 1ª Série ou Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso.
Remuneração das Debêntures da 1ª Série	Conforme previsto no item 5.9.3 desta Escritura.
Remuneração das Debêntures da 2ª Série	Conforme previsto no item 5.10.2 desta Escritura.
RCA	Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 9 de janeiro de 2012, que aprovou a Emissão.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Serviço da Dívida	É o somatório dos pagamentos das amortizações das dívidas provenientes de contratos de financiamentos, de empréstimos e debêntures, acrescidos dos respectivos pagamentos das despesas financeiras, desconsiderando o serviço da dívida não recorrente e/ou não acobertado pela geração de caixa da Emissora.

SND	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, DI de um dia, <i>over</i> extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Taxa SELIC	Taxa de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil que remunera os investidores no negócio de compra e venda de títulos públicos.
Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão.
Valor Nominal Unitário Atualizado	As Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, calculado de forma <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis, sendo o produto incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série.

CLÁUSULA I TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário que precede esta Escritura.

CLÁUSULA II AUTORIZAÇÃO

2.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da AGE e da RCA.

CLÁUSULA III REQUISITOS

3.1 Nos termos da Instrução CVM nº 476/09, a Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1. Registro na CVM e ANBIMA

3.1.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76.

3.1.1.2 Além disso, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

3.1.2. Arquivamento e Publicação da Ata de AGE e da ata de RCA

3.1.2.1. A ata da AGE foi devidamente arquivada na JUCEMG em 21 de novembro de 2011 e publicada em 11 de novembro de 2011 no (i) DOEMG e (ii) no jornal “Valor Econômico”, nos termos da Lei nº 6.404/76.

3.1.2.2. A ata da RCA foi devidamente arquivada na JUCEMG, e será publicada no (i) DOEMG e (ii) no jornal “Valor Econômico”, nos termos da Lei nº 6.404/76.

3.1.3. Inscrição e Registro desta Escritura

3.1.3.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMG, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e §3º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76, devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora e pelo Agente Fiduciário.

3.1.4. Registro para Colocação e Negociação

3.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação, observado o disposto no item 3.1.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.1.4.2. Não obstante o descrito no item 3.1.4.1 acima, conforme o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, e respeitadas as demais disposições legais aplicáveis, as Debêntures somente poderão ser negociadas, nos termos do artigo 15, §1º, da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1. De acordo com o artigo 1º do seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico.

4.2 Número da Emissão

4.2.1. A presente Emissão constitui a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Valor Total da Emissão

4.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

4.4 Número de Séries

4.4.1. A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1. Serão emitidas 400 (quatrocentas) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser emitida para cada uma das séries será definida em sistema de “vasos comunicantes” após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, ressalvado que 1 (uma) das séries poderá não ser emitida, a depender do Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures alocada em cada série será objeto de aditamento à presente Escritura, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de aprovação societária.

4.6 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação dos Coordenadores.

4.7 Banco Mandatário e Instituição Depositária

4.7.1. O Banco Mandatário será o Itaú Unibanco S.A. e a Instituição Depositária da Emissão será a Itaú Corretora de Valores S.A.

4.8 Destinação dos Recursos

4.8.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para (i) o programa de investimentos da Emissora, compreendendo desenvolvimento institucional e operacional, construção, modernização, ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, desapropriação de terrenos, indenização de ativos de novas concessões e investimentos em Serviços de Abastecimento de Água – SAA e Serviços de Esgotamento Sanitário – SES, executados com recursos da Emissora em parceria com os municípios nos quais a Emissora tem a concessão desses serviços, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2014, bem como (ii) o alongamento do perfil de dívida da Emissora.

CLÁUSULA V

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas das Debêntures

5.1.1. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de fevereiro de 2012.

5.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

5.1.3. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantias adicionais.

5.1.4. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM nº 476/09.

5.2. Subscrição

5.2.1. Prazo de Subscrição. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, observado o disposto na Instrução CVM nº 476/09.

5.2.2. Preço de Subscrição. As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série desde a Data de Emissão até a sua efetiva data de subscrição e integralização. As Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série, desde a Data de Emissão até a sua efetiva data de subscrição e integralização.

5.3. Integralização e Forma de Pagamento.

5.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição de acordo com os procedimentos do SDT adotados pela CETIP.

5.4. Direito de Preferência

5.4.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5. Repactuação

5.5.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.6. Condições de Pagamento

5.6.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: na sede (a) da Emissora ou (b) do Banco Mandatário.

5.6.2. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que

somente haverá prorrogação sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.6.3. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.6.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 5.6.1 a 5.6.3 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.7. Publicidade

5.7.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente publicados no DOEMG, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e em jornal de grande circulação indicado no Formulário de Referência da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* (www.copasa.com.br), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública com esforços restritos de colocação e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5.8. Comprovação de Titularidade das Debêntures

5.8.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido

pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista titular quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

5.9. Características das Debêntures da 1ª Série

5.9.1. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto em 15 de fevereiro de 2017, Data de Vencimento da 1ª Série. Na Data de Vencimento da 1ª Série, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 1ª Série em Circulação pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.9.2. Atualização Monetária do Valor Nominal. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série.

5.9.3. Remuneração das Debêntures da 1ª Série. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI capitalizada de um *spread*, ou sobretaxa, equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data prevista para o seu pagamento, e será paga ao final de cada Período de Capitalização. Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a definição da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, desde que respeitados os limites máximos definidos neste item, será objeto de aditamento a esta Escritura, ficando desde já a diretoria da Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação societária.

5.9.3.1. A Remuneração da 1ª Série será paga trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da 1ª Série será devido em 15 de maio de 2012 e o último será devido na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme a tabela abaixo e observada a Cláusula 5.6.2 acima:

Datas de Pagamento da Remuneração da 1ª Série
15 de maio de 2012
15 de agosto de 2012
15 de novembro de 2012
15 de fevereiro de 2013
15 de maio de 2013
15 de agosto de 2013
15 de novembro de 2013
15 de fevereiro de 2014
15 de maio de 2014
15 de agosto de 2014
15 de novembro de 2014
15 de fevereiro de 2015
15 de maio de 2015
15 de agosto de 2015
15 de novembro de 2015
15 de fevereiro de 2016
15 de maio de 2016
15 de agosto de 2016
15 de novembro de 2016
15 de fevereiro de 2017

5.9.3.2. A Remuneração da 1ª Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor unitário da Remuneração da 1ª Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator Juros” corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

Fator de Juros = FatorDI x Fator Spread, onde:

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração da 1ª Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI, sendo "k" um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“DI_k” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” será definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e estará limitado a até 1,15 (um inteiro e quinze centésimos);

“DP” é o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro;

5.9.3.3. O cálculo da Remuneração da 1ª Série acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.9.3.4. Observado o quanto estabelecido no item 5.9.3.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.9.3.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis acima, AGD da 1ª Série para os Debenturistas da 1ª Serie definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item 5.9.3.2. acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.9.3.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD da 1ª Série, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Série, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.9.3.7. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na AGD da 1ª Série realizada conforme o item 5.9.3.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a partir da data da realização da AGD da 1ª Série, a Taxa SELIC ao invés da Taxa DI.

5.9.4. Amortização das Debêntures da 1ª Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais, iguais e

consecutivas, sendo a primeira parcela devida ao final do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, isto é, no dia 15 de fevereiro de 2014, e a última na Data de Vencimento da 1ª Série, conforme tabela abaixo, salvo as possibilidades de aquisição facultativa (conforme definido abaixo) previstas nesta Escritura:

Parcela	Data da Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário de Emissão da 1ª Série
1	15 de fevereiro de 2014	14,2900%
2	15 de agosto de 2014	14,2900%
3	15 de fevereiro de 2015	14,2900%
4	15 de agosto de 2015	14,2900%
5	15 de fevereiro de 2016	14,2900%
6	15 de agosto de 2016	14,2900%
7	15 de fevereiro de 2017	14,2600%

5.10. Características das Debêntures da 2ª Série

5.10.1. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures da 2ª Série ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2019, Data de Vencimento da 2ª Série. Na Data de Vencimento da 2ª Série, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 2ª Série que ainda estejam em circulação pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.10.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série. As Debêntures da 2ª Série farão jus a um rendimento composto pela Atualização Monetária da 2ª Série e pelos Juros Remuneratórios da 2ª Série. Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a definição da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, desde que respeitados os limites máximos definidos no item 5.10.2.2. abaixo, será objeto de aditamento a esta Escritura, ficando desde já a diretoria da Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de qualquer aprovação societária.

5.10.2.1. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série. As Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal Unitário ou saldo

do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e, imediatamente após a primeira data de amortização, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures da 2ª Série, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 2ª Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, sendo “dut” um número inteiro.

5.10.2.1.1. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

5.10.2.1.2. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.10.2.1.3. Caso, no mês de atualização, o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão.

$$\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$$

5.10.2.1.4. Os fatores resultantes das expressões $[(NI(k)/NI(k-1))^{dup/dut}]$ são considerados com 8 casas decimais, sem arredondamento.

5.10.2.1.5. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

5.10.2.1.6. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da 2ª Série, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a AGD da 2ª Série (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo

com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária da 2ª Série que será aplicada, observado o disposto no item 5.10.2.1.7 abaixo.

5.10.2.1.7. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas da 2ª Série representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação, será aplicada automaticamente no lugar do IPCA, a partir da data de realização da AGD da 2ª Série, o IGP-M.

5.10.2.1.8. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva AGD da 2ª Série, a referida assembleia não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator “C” no cálculo da Atualização Monetária da 2ª Série.

5.10.2.1.9. Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre 2 (duas) datas de aniversários consecutivas.

5.10.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da remuneração das NTN-B, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, apurada pela média aritmética das negociações das NTN-B nos 5 (cinco) dias imediatamente anteriores à data de início do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida de um *spread* máximo, ou sobretaxa equivalente a 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série ou sobre o seu saldo, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão, ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma.

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração das NTN-B, a ser apurada nos 5 (cinco) dias imediatamente anteriores ao Procedimento de Bookbuilding, informada com 4 (quatro) casas decimais, acrescida de um spread máximo, ou sobretaxa equivalente a 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding;

n = número de Dias Úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP = número de Dias Úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT = número de Dias Úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

5.10.3. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série serão pagos anualmente, sendo que o primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série será devido em 15 de fevereiro de 2013 e o último será devido na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, conforme a tabela abaixo e observada a Cláusula 5.6.2 acima:

Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série
15 de fevereiro de 2013
15 de fevereiro de 2014
15 de fevereiro de 2015
15 de fevereiro de 2016
15 de fevereiro de 2017
15 de fevereiro de 2018
15 de fevereiro de 2019

5.10.4. Amortização das Debêntures da 2ª Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 6 (seis) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo que a primeira parcela será amortizada ao final do 2º (segundo) ano a contar da Data de Emissão, isto é, no dia 15 de fevereiro de 2014 e a última parcela será amortizada na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, conforme tabela abaixo:

Parcela	Data da Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Serie
1	15 de fevereiro de 2014	16,6700%
2	15 de fevereiro de 2015	16,6700%
3	15 de fevereiro de 2016	16,6700%
4	15 de fevereiro de 2017	16,6700%
5	15 de fevereiro de 2018	16,6700%
6	15 de fevereiro de 2019	16,6500%

5.11. Imunidade de Debenturistas

5.11.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado

6.1.1. Não haverá possibilidade de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures pela Emissora.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM nº 476/09 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76, adquirir as Debêntures em Circulação: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração da respectiva Série, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração da respectiva Série, desde que observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação, de acordo com a série a que pertencer.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência e exigirá da Emissora o imediato pagamento integral do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, se for o caso, acrescido da Remuneração da respectiva Série, devidos *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da respectiva Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas nas respectivas Séries, dos Encargos Moratórios, se houver, e de

quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do respectivo vencimento;
- ii) caso ocorra a dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da Emissora, assim como qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- iii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- iv) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou de forma agregada, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- v) extinção de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação dos serviços de distribuição e tratamento de água por parte da Emissora ou das sociedades controladas pela Emissora, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante das demonstrações financeiras consolidadas imediatamente publicadas;
- vi) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto; e

- vii) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, que implique em redução do capital social da Emissora, exceto por determinação legal.

7.1.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.

7.2 O Agente Fiduciário deverá convocar AGD, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o imediato pagamento integral do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, se for o caso, acrescido da respectiva Remuneração, devidos *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da respectiva Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas nas respectivas Séries, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura:

- i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do referido descumprimento;
- ii) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- iii) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo

adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedade controladas pela Emissora; e

- iv) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados anualmente, com base nas demonstrações financeiras datadas de 31 de dezembro, pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, de todas as informações necessárias para a conferência dos referidos índices: (a) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA, que deverá ser sempre igual ou inferior a 3,0 (três inteiros); e (b) razão entre o EBITDA e o Serviço da Dívida, que deverá ser sempre igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos).

7.2.1. Caso haja alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras da Emissora que possa: (i) alterar as definições aqui estipuladas e/ou (ii) o resultado do cálculo de tais definições e/ou dos Índices Financeiros, a Emissora deverá (a) comunicar o Agente Fiduciário sobre a referida alteração no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da publicação oficial da nova regra ou prática contábil aplicável e (b) concomitantemente sugerir ao Agente Fiduciário novos Índices Financeiros e/ou definições. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD de todas as Séries para discutir e deliberar sobre a proposta de alteração dos Índices Financeiros e/ou definições à luz das novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.2.1.1. Exclusivamente na hipótese prevista no item anterior, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices Financeiros durante o período entre (i) a convocação da AGD a que se refere o item anterior; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

7.2.1.2. Caso qualquer AGD a que se refere a Cláusula 7.2.1 acima não seja instalada por falta de quorum nos termos do parágrafo 3º do artigo 71 da Lei nº

6.404/76, tal fato não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

7.2.1.3. Caso, a partir da segunda convocação, não haja aprovação, por debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures detidas pelos debenturistas presentes à AGD, da definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros, ou caso não compareçam Debenturistas à AGD convocada pela segunda vez, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, se ocorrer o desenquadramento.

7.2.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento.

7.2.3 Caso a AGD mencionada no item 7.2 acima não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.4 Uma vez instalada a AGD prevista no item 7.2 acima, será necessário o quorum de debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.5 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Mandatário.

7.2.6 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 3 (três) Dias Úteis, contados do protocolo da carta mencionada no item 7.2.4 acima, sob pena do disposto no item 7.2.7 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

7.2.7 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da respectiva Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado:
 - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, a cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes explicitando as rubricas necessárias à sua aprovação, bem como de declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
 - b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

- c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 7.1 e 7.2 acima no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a sua ocorrência;
 - d) cópia de relatório de avaliação de agência classificadora de risco da Emissora e/ou das Debêntures, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua divulgação;
 - e) cópia do relatório de *rating* da Emissora e da Emissão em até 5 (cinco) dias após sua renovação;
 - f) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais, se possível, deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM.
- ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
 - iii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - iv) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável;
 - v) manter seu registro de companhia aberta perante a CVM durante a vigência das Debêntures, mantendo-o atualizado de acordo com a Instrução CVM nº 480/09;
 - vi) cumprir integralmente com as obrigações de envio à CVM de informações periódicas e eventuais e de divulgação e colocação de tais informações à disposição dos investidores nos termos da Instrução CVM nº 480/09;

- vii) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, em especial no tocante aos deveres de divulgação e o uso de informações sobre ato ou fato relevante, de divulgação de informações na negociação de valores mobiliários de emissão da Emissora
- viii) convocar, quando for o caso, nos termos da Cláusula X desta Escritura, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- ix) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, se for o caso, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia e/ou pela CETIP;
- x) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que impossibilite ou dificulte, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura;
- xii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da destinação dos recursos, conforme item 4.8.1 desta Escritura;
- xiii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- xiv) obter e manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes para as intervenções realizadas com os recursos obtidos por meio desta Emissão, bem como atender as exigências ambientais nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora e para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- xvi) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- xvii) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- xviii) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a agência de *rating*, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária e a CETIP;
- xix) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos; e
- xx) notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA IX

AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser equiparado a instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

- viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, a pedido de Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e de 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMG.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do

estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- xi) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos nesta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76 e desta Escritura;
- xii) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 6.1 acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora; e
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; e
 - c) na CVM.
- xv) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.7 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiv) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
- xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, a Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- xvii) coordenar o resgate das Debêntures de acordo com o previsto nesta Escritura;
- xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - a) à CVM; e
 - b) à CETIP;
- xx) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VII acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto; e
- xxi) disponibilizar aos Debenturistas, à CETIP e à Emissora em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.pentagonotrustee.com.br>) o cálculo da Remuneração das Debêntures, a ser calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- ii) requerer a falência da Emissora;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto nas Cláusulas VII (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 9.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura e as seguintes no mesmo Dia Útil do ano subsequente.

9.6.2 Em caso de inadimplemento de obrigação pecuniária pela Emissora, será devido ao Agente Fiduciário remuneração adicional equivalente a R\$100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembleia de Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

9.6.3 As parcelas citadas no item 9.6.1 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.6.4 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.5 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.6 As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas deverão ser previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora, sempre que possível.

9.7.2. Em situações emergenciais, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso

e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.7.3. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

CLÁUSULA X

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. À AGD da 1ª Série e à AGD da 2ª Série (todas em conjuntos referidas simplesmente com AGD) aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

10.1.2. A AGD de cada Série pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação de cada Série, ou (iv) pela CVM. Para deliberações em AGD das quais deverão participar os Debenturistas da 1ª Série e os Debenturistas da 2ª Série, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita: (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou (iv) pela CVM.

10.1.3. A convocação das AGD de cada Série e das AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto nesta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4. As AGD de cada Série e as AGD deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD da referida Série e a AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A AGD de cada Série se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas de cada Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva Série em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença dos Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência ou a secretaria da AGD de cada Série caberá ao representante do Agente Fiduciário presente na referida assembleia, devendo o outro assento da mesa diretora da AGD ser eleito pelos titulares das Debêntures de cada Série ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da AGD de cada Série, a cada Debênture da respectiva Série caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 10.4.2 abaixo, todas as deliberações tomadas em AGD de cada Série deverão ser aprovadas pelos Debenturistas da respectiva Série que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Debenturistas presentes à AGD.

10.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.4.1 acima:

- i) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura;
- ii) alterações, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (considerados,

obrigatoriamente em conjunto, os Debenturistas da 1ª Série e os Debenturistas da 2ª Série), acerca das seguintes matérias: (a) quoruns estabelecidos nesta Escritura; (b) disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4; (c) espécie das Debêntures; (d) criação de evento de repactuação; ou (e) alteração da Cláusula VII acima; e

- iii) alterações, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD da respectiva Série ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da respectiva Série que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série, acerca das seguintes matérias: (a) Remuneração da respectiva Série; e (b) quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores da respectiva série previstos nesta Escritura.

10.4.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas de cada Série, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva Série, independentemente de terem comparecido à AGD da Série ou do voto proferido na respectiva AGD.

CLÁUSULA XI

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente registrada como companhia aberta, categoria “A”, perante a CVM, estando em dia com todas as obrigações aplicáveis às companhias abertas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;
- iii) o Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480/09, está atualizado e todas as informações nele contidas

atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480/09, em especial aos artigos 14 a 19, e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Emissora e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos;

- iv) todas as informações fornecidas pela Emissora no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores, que permitem aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- v) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- vi) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura tem plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura;
- vii) a celebração desta Escritura, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- viii) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- ix) vem cumprindo e cumprirá a legislação ambiental federal, estadual e municipal nos aspectos relevantes para o exercício de suas atividades;

- x) tem todas as autorizações (societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- xi) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- xii) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- xiii) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- xiv) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- xv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- xvi) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua em prejuízo dos Debenturistas;
- xvii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura e não tem

conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis; e

xviii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

CLÁUSULA XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

At.: Sra. Paula Vasques Bittencourt

Tel: (31) 3250-2015

Fax: (31) 3250-1409

Correio Eletrônico: dfi@copasa.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

At.: Srº. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (Jurídico)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br /
juridico@pentagonotrustee.com.br

iii) para o Banco Mandatário:

ITAU UNIBANCO S.A.

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

iv) para a Instituição Depositária:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Tel: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

v) para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
At. Gerência de Valores Mobiliários
CEP 01452 – 002 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das

Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Despesas

12.3.1. A Emissora arcará, direta ou indiretamente, com todos os custos relativos à Emissão e à Oferta, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Mandatário e Instituição Depositária, Agência Classificadora de Risco, agência de publicidade, e demais prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão, além de registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Disposições Gerais

12.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de

termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.5.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/8 e dos artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

12.5.4 Sem prejuízo do dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, cuja elaboração permanecerá sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.5.5 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da operação.

12.5.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

12.5.3. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

12.6. Foro

12.6.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2012.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)

Página 1/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

Nome: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Paula Vasques Bittencourt
Cargo: Diretora Financeira e de Relações
com Investidores

Página 2/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Página 3/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da ^a Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF: